



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
*Secretaria da Fazenda*

## **CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT**

### **CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT**

#### **RESOLUÇÃO Nº 127/2022**

**1ª CÂMARA DE JULGAMENTO**

**22ª SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL: 07/07/2022**

**PROCESSO Nº. 1/6782/2018**

**AUTO DE INFRAÇÃO Nº. 1/201817248**

**RECORRENTE: EMIS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**

**RECORRIDO: Célula de Julgamento de 1ª Instância**

**AUTUANTES: Jorge Carvalho dos Santos**

**MATRÍCULA: 104293-1-5**

**RELATOR(A): Pedro Jorge Medeiros**

**EMENTA:** DEIXAR DE ESCRITURAR, NO LIVRO FISCAL PRÓPRIO, INCLUSIVE NA MODALIDADE ELETRÔNICA, DOCUMENTO FISCAL RELATIVO À OPERAÇÃO DE ENTRADAS DE MERCADORIAS. O período da infração teria sido de 01/2015 a 12/2015 e a penalidade aplicada foi a do art. 123, III, 'G', da Lei nº 12.670/96, alterado pela Lei 16.258/2017.. Julgado procedente em primeira instância. Interposto recurso ordinário. Julgado improcedente em segunda instância, uma vez que foi detectado o desfazimento das operações, nos termos da manifestação oral da Procuradoria Geral do Estado.

**Palavras-chave: Escrituração – Improcedência - Desfazimento**

## **RELATÓRIO**

A presente demanda consiste em auto de infração lavrado para a cobrança de multa no valor de R\$14.036,91 , nos termos trazidos no auto de infração:



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Secretaria da Fazenda

**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT**

**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT**

*DEIXAR DE ESCRITURAR, NO LIVRO FISCAL PRÓPRIO, INCLUSIVE NA MODALIDADE ELETRÔNICA, DOCUMENTO FISCAL RELATIVO À OPERAÇÃO DE ENTRADAS DE MERCADORIAS. APÓS ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL DA EMPRESA ACIMA EPIGRAFADA, CONSTATAMOS ATRAVÉS DA ANÁLIS DO SPED 2015, QUE A MESMA DEIXOU DE REGISTRAR NFS DE AQUISIÇÃO.*

O período da infração teria sido de **01/2015 a 12/2015** e a penalidade aplicada foi a do art. 123, III, 'G', da Lei nº 12.670/96, alterado pela Lei 16.258/2017.

Segundo o fiscal, no exercício de 2015, com base no cruzamento de dados, verificou-se que a empresa deixou de escriturar em sua EFD várias notas fiscais de entrada tributadas. Frisa, portanto, o fiscal que a empresa infringiu a legislação, descumprindo obrigações acessórias e ficando sujeita às penalidades cabíveis.

À fl. 22 e seguintes, a Autuada apresentou **impugnação**. Preliminarmente, fundamenta sua argumentação nos seguintes pontos: (i) vício quanto ao término do prazo da ação fiscal; (ii) cerceamento de direito de defesa por falta de indicação das chaves eletrônicas das notas fiscais e por não consideração das notas fiscais adquiridas em um exercício e registradas no seguinte; (iii) não consideração das notas fiscais de devolução emitidas por desfazimento do negócio ou devolução de mercadorias; (iv) indicação obscura e confusa dos fatos ilícitos. No mérito, a autuada sustenta sua defesa nos seguintes pontos: (i) erro na base de dados do órgão autuante; (ii) imprecisão do valor da multa; (iii) planilhas confusas e obscuras que não permitem identificar os critérios para definição da penalidade imposta; (iv) inexistência de penalidade específica para a suposta infração cometida. Do mais, solicita perícia técnica e indica quesitos.

Em **primeira instância**, o julgador singular entendeu pela **procedência** da ação fiscal. Convém informar o indeferimento do pedido de perícia técnica, porquanto os quesitos se mostraram genéricos, inclusive alguns deles sendo respondidos na própria decisão.

O julgador afirma, sobre as preliminares, que: a) a ação fiscal não superou o prazo legal de 180 dias, tendo transcorrido em 113, conforme documentação anexa; b) o agente fiscal elencou detalhadamente todas as notas fiscais em CD apenso aos autos, inexistindo razão que



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
*Secretaria da Fazenda*

**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT**

**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT**

justifique cerceamento de defesa; c) a acusação fiscal pautou-se na não escrituração de notas fiscais no Livro de Registro de Entradas, detectada por meio de dados recebidos do SPED/EFD da própria autuada. Sobre o mérito: a) a ação fiscal foi realizada em observância à legislação tributária vigente e amparou-se na análise da documentação da própria empresa; b) não cabe ao agente do Fisco se eximir de aplicar as penalidades veiculadas em normas vigentes, independentemente do julgamento acerca de sua desproporcionalidade.

À fl. 56 e seguintes o autuado apresentou **recurso ordinário**. Repisou vários dos argumentos da impugnação. Ademais, firmou cerceamento no direito de defesa por falta, nos autos, de cópia das notas fiscais e cópia do SPED/EFD. Alegou-se, ainda, cerceamento de direito de defesa face à improcedência do pedido de perícia técnica e renovou o pedido de perícia.

Analisando o caso, a Assessoria Processual Tributária emitiu **parecer** sugerindo conhecer o recurso ordinário para, negando provimento a este, manter a decisão de procedência da instância primeira. No parecer, a assessoria firma entendimento semelhante ao do julgamento singular, tão somente ratificando-o. Do mais, sugeriu-se o indeferimento do pedido de perícia.

A Procuradoria Geral do Estado adotou o parecer da assessoria.

Em 15/06/2021, em sessão ordinária, a 1ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários decidiu, de forma unânime, converter o curso do julgamento em realização de perícia.

À fl. 117, a Célula de Perícias junta aos autos o resultado perícia técnica, excluindo as notas fiscais cuja justificativa de retorno, devolução ou cancelamento foram confirmadas.

É o relatório.

**VOTO DO RELATOR**

O Decreto nº 32.885/2018 é extremamente claro em relação aos requisitos básicos do auto de infração:

Art. 41. O auto de infração a que se refere o artigo anterior será gerado por meio de sistema eletrônico corporativo e deve conter os seguintes elementos:



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
*Secretaria da Fazenda*

**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT**

**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT**

- I - número de identificação;
- II - indicação da existência de retenção de mercadorias, quando for o caso;
- III - número do Certificado de Guarda de Mercadorias (CGM), quando for o caso;
- IV - número e data de emissão do ato designatório da ação fiscal, quando for o caso;
- V - identificação da autoridade designante;
- VI - circunscrição fiscal do autuado, com indicação do órgão fiscal ao qual se encontra subordinado;
- VII - momento da lavratura, assinalando a hora, o dia, o mês e o ano da autuação;
- VIII - período fiscalizado;
- IX - qualificação do sujeito passivo;
- X - relato da infração;
- XI - valor total do crédito tributário devido, especificando o imposto, multa, base de cálculo, quando for o caso, alíquota, ou percentual utilizado na apuração da infração;
- XII - período a que se refere à infração;
- XIII - prazo para pagamento ou apresentação de impugnação;
- XIV - indicação dos dispositivos legais e regulamentares infringidos e da respectiva penalidade;
- XV - assinatura e identificação das autoridades lançadoras do crédito, ainda que de forma eletrônica;
- XVI - ciência do sujeito passivo, responsável, seu mandatário ou preposto.

§ 1º Se houver no auto de infração omissão ou incorreção quanto aos elementos acima elencados, estas não acarretarão a nulidade, quando,



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Secretaria da Fazenda

**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT**

**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT**

conforme o caso, puderem ser supridas ou sanadas ou constarem informações suficientes para se determinar a natureza da infração, permitindo ao sujeito passivo o exercício do direito ao contraditório e a ampla defesa.

**§ 2º O relato da infração deverá conter a descrição clara e precisa do fato que motivou a autuação e das circunstâncias em que foi praticado, fazendo-se acompanhar dos relatórios, planilhas, demonstrativos e demais levantamentos indispensáveis à comprovação do ilícito narrado produzidos em meio digital inclusive.**

No caso, tratamos da infração de “DEIXAR DE ESCRITURAR, NO LIVRO FISCAL PRÓPRIO, INCLUSIVE NA MODALIDADE ELETRÔNICA, DOCUMENTO FISCAL RELATIVO À OPERAÇÃO DE ENTRADAS DE MERCADORIAS”. Tal infração, evidentemente, pressupõe a regular ocorrência da operação.

Contudo, ao longo do processo, foi realizada perícia que constatou, na realidade, o desfazimento da operação. Veja-se:

**Conclusão**

A perícia analisou a documentação anexada aos autos (fls. 63 a 107) e conferiu cada uma das 12 notas fiscais constantes da planilha da autuação e excluiu as notas fiscais cuja

justificativa de retorno, devolução ou cancelamento foram confirmadas. Desta forma, após as exclusões informadas a planilha da autuação passou a constar somente uma nota fiscal no valor de R\$6.048.

Nesse cenário, considerando que a notas fiscais autuadas foram anuladas pelos emitentes, seja pelo cancelamento ou pela emissão de notas fiscais de entrada para “anular” a operação, entendemos pela improcedência da autuação, uma vez que o auto de infração não possui um objeto válido.

É o voto.



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
*Secretaria da Fazenda*

**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT**

**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT**

**DECISÃO**

PROCESSO DE RECURSO Nº: 1/6782/2018.A.I.: 1/201817248. RECORRENTE: EMIS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA:RELATOR: PEDRO JORGE MEDEIROS. DECISÃO: A 1ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, após conhecer do recurso ordinário interposto resolve, por maioria de votos, dar provimento ao recurso interposto, para reformar a decisão de procedência, para julgar IMPROCEDENTE acusação fiscal, nos termos do voto do conselheiro relator, com base em documentação apresentada em sessão pela recorrente, referendado em sessão pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado, contrário ao parecer da Assessoria Processual Tributária. Foi voto contrário a improcedência do feito fiscal, a conselheira Sabrina Andrade Guilhon manifestando entendimento pela procedência da autuação, por entender que seria obrigatória a escrituração da totalidade das operações, com fundamento no art 276, alínea “a”, §1º e §3º do Dec. Nº 24.569/97. Presentes a sessão para sustentação oral do recurso, os representantes legais da parte, o contador Sr. Romualdo Santos Cardoso e Sra. Priscila Moraes de Lima Araújo.

Raimundo Frutuoso de Oliveira Junior  
PRESIDENTE

Pedro Jorge Medeiros  
CONSELHEIRO(A) RELATOR(A)

Matteus Viana Neto  
PROCURADOR DO ESTADO

Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_